



**PREFEITURA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, no lançamento da Política para o Desenvolvimento Integral da 1ª Infância na Cidade de São Paulo**

(28/8/13, às 11h, no Centro Cultural São Paulo)

Bom dia a todas e a todos,

É um grande prazer estar presente neste importantíssimo ato, conduzido pela dra. Ana Estela Haddad, coordenadora da política da primeira infância de São Paulo. Em nome dela cumprimento os companheiros de mesa e agradeço a presença de todos os participantes. Temos aqui os principais e mais estratégicos parceiros para garantirmos os direitos humanos das crianças e adolescentes no Município e é uma satisfação compartilhar esse momento com vocês.

A coordenação da política da primeira infância pela dra. Ana Estela fortalece imensamente a política da criança e do adolescente como um todo, aproximando o tema do gabinete do prefeito de forma muito qualificada. Seu compromisso e capacidade de articulação criam condições para evoluirmos e obtermos os melhores resultados para a infância e adolescência na Cidade.

Fica cada vez mais evidente a importância e prioridade que a gestão do prefeito Haddad concede às crianças e adolescentes de São Paulo. No

primeiro dia do ano o prefeito criou a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e, em sua estrutura, previu a coordenação da política para a criança e o adolescente. É o primeiro órgão executivo municipal exclusivamente destinado a fazer a articulação governamental de políticas públicas na área, de forma transversal e com diretrizes definidas.

O Programa de Metas da Cidade também reflete a importância do tema nessa gestão. Além de uma série de ações amplas para atendimento à infância, estão previstas metas específicas, como a proteção a crianças vítimas de violência, especialmente da exploração sexual. Há também uma meta que prevê o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, com infraestrutura adequada e política permanente de formação.

Sobre os Conselhos Tutelares, além da estrutura e formação continuada, estamos prestes a garantir mais um importante avanço. No ano passado foi aprovada a lei federal que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares e agora São Paulo vai regulamentar essa previsão no Município. Isso consertará um enorme equívoco que privava esses conselheiros de seus legítimos direitos, especialmente se considerarmos o compromisso sobre-humano que eles têm com o seu trabalho, com as crianças da Cidade. Reconhecer os direitos dos conselheiros tutelares não só concretiza princípios constitucionais e a dignidade laboral, mas também fortalece a própria proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Outra diretriz essencial da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania é a participação social como método de gestão. Acreditamos que não é possível fazer a boa política sem escutar os movimentos sociais, os especialistas, as organizações historicamente comprometidas com a causa. Isso nos faz investir no fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de outras formas de

interlocução possível para qualificar nossa ação de defesa dos direitos da infância e adolescência. A política da primeira infância também contou com a participação de inúmeros especialistas, o que tornou seu resultado ainda mais consistente.

Viver a primeira infância com plenitude é um direito de toda criança e isso depende da decisão, do compromisso político e ético, e do persistente empenho do governo.

O foco na primeira infância é coerente com a relevância que os seis primeiros anos de vida têm no conjunto da vida humana. Descuidar, por omissão, ignorância ou displicência, o tempo da infância é um crime contra as crianças, porque lhes nega direitos fundamentais, como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à família e à convivência familiar e comunitária, o direito de brincar, de ter acesso à cultura e à educação adequada aos anos iniciais da vida.

A infância constitui uma etapa da vida com sentido e conteúdos próprios. Não podemos olhar para as crianças na perspectiva do adulto que queremos ver nela; olhamos para elas por serem crianças, cidadãs, sujeitas de direitos. Entender a criança como pessoa em desenvolvimento implica dar plenitude ao momento da infância em si mesma.

Precisamos, acima de tudo, garantir os direitos de nossas crianças e adolescentes, para que eles possam ser crianças e adolescentes hoje, possam viver suas vidas como merecem e construir seus futuros com dignidade! Vamos construir juntos a cidade que as crianças querem para viver.

Obrigado.